

IVAN COLANGELO SALOMÃO (ORG.)

OS HOMENS DO COFRE

O QUE PENSAVAM OS
MINISTROS DA FAZENDA DO
BRASIL REPUBLICANO
(1889-1985)

PREFÁCIO ANTONIO DELFIM NETTO



editora
unesp

Sumário

- Prefácio **7**
Antonio Delfim Netto
- Apresentação **9**
Ivan Colangelo Salomão

REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

- 1 Rui Barbosa – Intelectual liberal, político heterodoxo **17**
Ivan Colangelo Salomão
- 2 Rodrigues Alves – Um político na Fazenda **49**
Gustavo Pereira da Silva
- 3 Joaquim Murinho – Liberalismo e ortodoxia **79**
Daniel do Val Cosentino
- 4 João Pandiá Calógeras – Um liberal na crise da *Belle Époque* **115**
Bruno Aídar
- 5 Antônio Carlos de Andrada – Um ortodoxo em tempos heterodoxos **141**
Amaury Patrick Gremaud

ERA VARGAS 1930-1945

- 6 Getúlio Vargas – Do positivismo ao desenvolvimentismo **169**
Ivan Colangelo Salomão e Pedro Cezar Dutra Fonseca

- 7 José Maria Whitaker – Um banqueiro paulistano do café no governo federal **199**
Marcelo Milan
- 8 Oswaldo Aranha – Político liberal, *policy maker* desenvolvimentista **229**
Ivan Colangelo Salomão
- 9 Artur de Souza Costa – Política econômica em tempos de crise e guerra **259**
Claucir Roberto Schmidtke e Ivan Colangelo Salomão

PERÍODO DEMOCRÁTICO
(1945-1964)

- 10 Horácio Lafer – Um fiel da balança? **283**
Alexandre Macchione Saes
- 11 Eugênio Gudin – Uma ilha liberal em mar desenvolvimentista **319**
Marco Antonio Ribas Cavaliere e Victor Cruz e Silva
- 12 Lucas Lopes – As “contradições” do desenvolvimento econômico **345**
Roberto Pereira Silva
- 13 Walther Moreira Salles – O banqueiro fiador do Brasil **371**
Rafael Moraes

REGIME MILITAR
(1964-1985)

- 14 Octávio Gouveia de Bulhões – Para além do neoliberalismo no Brasil **397**
Marcelo Luiz Curado
- 15 Antonio Delfim Netto – A moderna retórica econômica **423**
Gian Carlo Maciel Guimarães Hespanhol e Alexandre Macchione Saes
- 16 Mario Henrique Simonsen – Simbiose entre política econômica e academia **455**
Andrea Felipe Cabello
- 17 Ernane Galvêas – Um plurivalente funcionário público contra a dívida externa **483**
Victor Cruz e Silva e Matheus Assaf

Sobre os autores **515**

Prefácio

Antonio Delfim Netto

Fiquei muito honrado com o convite para apresentar este excelente livro *Os homens do cofre*, organizado pelo competente Ivan Colangelo Salomão. Trata-se de uma verdadeira história econômica do Brasil por meio de seus ilustres atores (com uma óbvia exceção). Apresenta ao mesmo tempo uma abordagem sintética e um ponto de vista muito original, porque, em lugar de longas narrativas, vai direto ao ponto: o que pensaram, propuseram e fizeram os *policymakers* com o que sabiam e com o que podiam (cada um é um ser sozinho e suas circunstâncias), com o conhecimento e o entendimento da realidade em que viviam.

Trata-se de uma breve história dos homens que foram distinguidos para a difícil e espinhosa tarefa de comandar a economia brasileira desde a proclamação da República, em 1889: uma democracia até 1930; uma ditadura de 1930 a 1944; uma nova democracia de 1945 a 1964; e uma nova ditadura até 1985. Homens com pensamentos diversos, poderes diferentes e um amplo espaço para experimentação.

Este livro cobre praticamente um século no qual, aos trancos e barrancos, testamos vários regimes políticos e múltiplas políticas econômicas: analisa o pensamento do liberal Rui Barbosa, ministro

da Fazenda do Primeiro Governo Provisório que se instalou com a República em 1889, até o último ministro deste volume, o também liberal Ernane Galvêas, que foi ministro da Fazenda entre 1980 e 1985 durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo.

Creio que, a despeito de tantas e tão variadas experiências, o Brasil não se saiu tão mal: o PIB real brasileiro cresceu, entre 1889 e 1985, aproximadamente 5% ao ano, mais do que a média mundial.

Todo cidadão brasileiro pode aprender muito com a leitura deste livro.

Apresentação

Ivan Colangelo Salomão

Diversos são os autores que já se dispuseram a analisar a reconhecida fragilidade das instituições públicas brasileiras. De historiadores a sociólogos, passando por cientistas políticos e economistas, à agenda de pesquisa dedicada a essa temática não faltam contribuições com robusto embasamento teórico e farta sustentação empírica.

Ainda assim, costuma-se delegar o tênue equilíbrio sobre o qual a nação brasileira erigiu-se como tal a pelo menos três instituições formalmente instauradas após a Independência: o Senado Federal (1824), o Conselho de Ministros (1840) e as Forças Armadas – sobretudo o Exército, cujo protagonismo na história do Brasil remete à sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Se do ponto de vista político a construção do país deve, de fato, à estabilidade dessas três entidades, é igualmente defensável que, sob a ótica econômica, o Ministério da Fazenda, criado meses após o desembarque da família real no Rio de Janeiro, foi a âncora do desenvolvimento brasileiro. Gabinete sob o qual se pensou o país desde a ruptura com a metrópole e a consequente instauração do regime imperial (1822-1889), a Fazenda justificou a centralidade delegada a sua alçada ao acomodar os maiores nomes do horizonte político brasileiro do século XIX.

Ao advento republicano intercorreram diversas mudanças institucionais, como a adoção definitiva da designação “Ministério da Fazenda” (1891) e a inauguração de uma época em que determinados titulares do cargo foram posteriormente reconhecidos pelo aprofundamento inédito do poder que concentraram sob a pasta. Além da passagem de diversas figuras de peso da intelectualidade brasileira da República Velha, dois ministros da Fazenda daquele período se tornaram presidentes da República após a experiência à testa da economia do país.

Ainda que a complexificação da burocracia estatal a partir dos anos 1930 tenha contribuído para a desconcentração dos afazeres na administração pública – cujo símbolo maior foi a fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público (1938) –, a criação de novos órgãos estatais não logrou sobrepujar a primazia da Fazenda na condução de assuntos econômicos. Foi sob o comando desse ministério que se arquitetou o processo deliberado de industrialização o qual viria transformar o futuro do país. Tratava-se da primeira das cinco décadas em que o Estado passaria a liderar os rumos da economia brasileira sob o projeto nacional-desenvolvimentista.

Data dessa época também o estabelecimento das primeiras escolas de economia no Brasil. Conquanto seu ensino fora oficialmente instituído quando da chegada da Corte portuguesa – ano em que D. João VI concedeu a cátedra da disciplina a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu –, a cadeira manteve-se restrita às faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda/Recife, estendendo-se, posteriormente, aos cursos politécnicos no decorrer do século XIX. Em 1926, homologou-se a instrução das ciências econômicas e comerciais como pré-requisito para os estudantes que seguiam a carreira de contabilidade. Duas décadas mais tarde, criou-se a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, vinculada à Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, pedra fundamental do primeiro curso de economia integrado a uma estrutura universitária do país (Viera, 1981).

Nesse momento, à medida que a máquina pública se diversificava, os economistas passaram a gerir o desenvolvimento da nação a partir de novos postos que não apenas os tradicionais cargos que ocupavam até então – Ministério da Fazenda, Banco do Brasil e empresas

estatais. Assistia-se à criação de órgãos como a Superintendência da Moeda e do Crédito (1945), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1959), o Ministério do Planejamento (1962) e, já sob o regime militar, o futuro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1964) e o Banco Central do Brasil (1964).

Foi sob a presidência dos generais que economistas em geral, e o Ministério da Fazenda em particular, reassumiram a ascendência política na administração do país com *status* que, possivelmente, não haviam ostentado até então. No império dos tecnocratas – tido até hoje como a “era de ouro” da profissão no Brasil –, os ministros da Fazenda fizeram por levar o país da ilha de prosperidade prometida pelo “milagre econômico” (1968-1973) ao mar de turbulência na primeira metade dos anos 1980. Eis o fim de um dos mais importantes e dramáticos capítulos da nossa história contemporânea.

Nesse sentido, faz-se conveniente relatar uma – e não a – história do Brasil por meio de uma instituição que, há mais de dois séculos, baliza os caminhos do desenvolvimento brasileiro. Em um país de representatividade mosaica, interesses incoadunáveis e tecido social fragilizado, onde desde sempre o personalismo se sobrepôs ao primado das instituições, o Ministério da Fazenda representa a estabilidade de um órgão sob o qual, apesar de todas as vicissitudes que se lhe apresentaram, logrou-se edificar uma das dez maiores economias do planeta.

Muito embora se reconheça a supremacia das instituições sobre a soma da individualidade dos servidores que a compõem, o pensamento econômico dos principais ministros da Fazenda que atuaram entre a proclamação da República (1889) e a queda da ditadura militar (1985) oferece elementos para se contar uma narrativa menos conhecida, mas igualmente valiosa: a versão subjacente à trajetória intelectual de alguns dos homens responsáveis pela construção do Brasil republicano.